

## **PERMANÊNCIA DE ESTUDANTES EM CURSOS LICENCIATURAS: UM DIÁLOGO COM PESQUISAS SOBRE O TEMA**

Caroline Araujo Costa Nardoto, Ufes, [carolinearaujoc@gmail.com](mailto:carolinearaujoc@gmail.com)

Kalline Pereira Aroeira, Ufes, [aroeira.ka@hotmail.com](mailto:aroeira.ka@hotmail.com)

### **Introdução**

As temáticas da evasão e da permanência estudantil tem motivado pesquisas no Ensino Superior em âmbito nacional e internacional, devido aos impactos causados nas instituições de ensino e na sociedade, dos quais destacamos os desperdícios sociais, acadêmicos e econômicos causados pela perda de estudantes que iniciam, mas não terminam seus cursos (SILVA FILHO et al., 2007) e, no caso dos cursos de licenciaturas, na concretização de políticas públicas de ampliação do acesso de estudantes ao sistema educacional que demanda formação de professores para atendimento aos diversos níveis de ensino (VITELLI, 2014).

Nesse contexto, defendemos que estudar possibilidades para permanência nos cursos de formação inicial de professores é uma questão de valorização do erário que é aplicado na educação, e ainda do investimento do cidadão que deseja fazer um curso superior e que, por diferentes motivos, muitas vezes não consegue concluí-lo (LIMA; MACHADO, 2014).

Assim, este estudo qualitativo bibliográfico, relacionado à pesquisa em andamento intitulada “Permanência em cursos de licenciaturas do Ifes: problematizações e possibilidades”, empreendida no âmbito do Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), foi incitado pelo seguinte problema: que ações as pesquisas recentes têm sugerido para o enfrentamento da evasão e para a promoção da permanência nos cursos de licenciaturas? Nesse cenário, as análises empreendidas objetivaram pesquisar o que estudos têm produzido sobre possibilidades para o enfrentamento da evasão e promoção da permanência em cursos de formação inicial de professores.

### **Metodologia**

Nesta pesquisa sistematizamos diálogos sobre possibilidades para permanência de estudantes em cursos de licenciaturas com base em levantamentos bibliográficos realizados nos principais bancos de pesquisa nacional.

Para a localização dos estudos acadêmicos que tratam da temática, foram realizadas consultas à Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), que integra os sistemas de informações de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa do Brasil, organizada pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). Foram também consultados artigos científicos publicados nas bibliotecas eletrônicas de periódicos científicos *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Periódicos, essa última vinculada à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Na seleção dos estudos resultantes, foram desconsiderados, após análises, aqueles muito particulares, que se referiam, fundamentalmente, à realidade de um único curso/instituição.

Isso por que, apesar de ser essencial considerar as especificidades de cada curso na análise dos fatores que influenciam a evasão e, a partir de então, das possibilidades para permanência, nessa etapa privilegamos estudos cujos resultados suscitados pudessem, de alguma forma, nos levar a refletir sobre a realidade dos diversos cursos de licenciatura. Também não foram consideradas pesquisas sobre cursos na modalidade de oferta à distância, devido às peculiaridades dessa modalidade de oferta, nem de instituições privadas de ensino, para as quais o fator de evasão relaciona-se fortemente a questões financeiras, com número de evasão maior em anos de crise (SANTANA, 2016).

Com base nessas consultas e análises, trabalhamos com duas teses, quatro dissertações e quatro artigos, selecionados de acordo com os objetivos e verificações apresentadas, que tratam dos perfis e discursos dos evadidos, suas trajetórias e dos determinantes para evasão: diálogos entre as teses de Gomes (1998) e Paz (2016); dissertações de Castro (2013), Gerba (2014), Rigo (2016) e Santos (2018) e artigos de Lima e Machado (2014), Massi e Villani (2015), Santana (2016) e Castro, Souza e Sá (2018).

### **Resultados e Discussões**

No que tange à permanência nos cursos de licenciatura, com base na análise das produções selecionadas e anteriormente indicadas, destacamos a urgente necessidade de políticas de valorização efetiva do trabalho e da carreira dos profissionais da educação

por parte dos governos. Com relações às possibilidades de ações em âmbito institucional, procuramos sintetizá-las e as apresentamos a seguir:

1. Incentivar, enquanto instituição de Ensino Superior, a valorização do magistério, intervindo junto às esferas governamentais, fóruns específicos e à sociedade civil organizada;
2. Aproximar a instituição da sociedade, como por meio da promoção de ações junto às escolas de Ensino Médio, buscando, além de apresentar os cursos e a instituição, auxiliar nas questões relacionadas à vocação, indecisão e mudança de interesses, por meio de projetos de extensão;
3. Fornecer suporte aos estudantes ingressantes com relação às dúvidas sobre suas escolhas profissionais;
4. Realizar ações visando a adaptação, envolvimento social e acadêmico dos estudantes ingressantes ao ambiente universitário, incluindo trabalhos com objetivo de auxiliá-los no enfrentamento de momentos de angústias, crises e dificuldades;
5. Estabelecer projeto e/ou ações com o objetivo de conhecer e acompanhar sistematicamente as trajetórias acadêmicas dos estudantes. São estratégias apontadas: utilização de questionários e entrevistas com os estudantes e acompanhamentos por meio relatórios emitidos pelo sistema acadêmico da instituição com relação às notas e a frequência às aulas, número de créditos cursados por semestre, reprovações em disciplinas e trancamentos;
6. Assistir de forma sistemática os discentes que apresentam dificuldade de aprendizado, além de vulnerabilidade social, econômica ou psicológica e elevado número de ausências;
7. Acompanhar o estudante egresso, visando conhecer e reconhecer suas dificuldades durante o curso e os casos de sucesso e insucesso;
8. Estabelecer programas que visem a recuperação de tópicos relevantes da Educação Básica, sobretudo, nos cursos das áreas de língua portuguesa, matemática e ciências da natureza;
9. Ofertar e/ou fortalecer programas de assistência estudantil, destacando, além do auxílio financeiro e auxílio no transporte, a necessidade de suporte multidisciplinar, com fornecimento de auxílio psicológico, pedagógico e de saúde;

10. Oferecer e/ou fomentar programas de pesquisa, extensão, iniciação científica, monitoria e inovação, com oferecimento de bolsas;
11. Provimento de integração social formal por meio das atividades extracurriculares dos projetos de extensão e iniciação científica;
12. Revisar e adequar periodicamente os projetos de curso com objetivo de proporcionar maior flexibilidade, como na cadeia de pré-requisitos, revisão no número de disciplinas pedagógicas no sentido de incrementá-las, busca constatare de integração entre as disciplinas do curso, dentre outras demandas de atualizações;
13. Investir na formação contínua dos professores do magistério superior no que se refere às questões pedagógicas e trabalho em prol da construção de uma identidade docente e institucional;
14. Prover espaços e tempos sistemáticos de diálogos e reflexão entre docentes, docentes e gestores, bem como docentes e estudantes, sendo instância privilegiada para essas reflexões os colegiados dos cursos e material para subsídio as avaliações discentes sobre os docentes e a instituição.

### **Conclusão**

Para que o Estado verdadeiramente avance em prol da permanência de estudantes em cursos de formação de professores é essencial a promulgação de políticas de valorização do trabalho e da carreira dos profissionais da Educação Básica (LIMA; MACHADO, 2014) que, acrescentamos, devem ser promulgadas enquanto matéria, mas, sobretudo, garantidas condições concretas para que se efetivem. Nesse sentido, reconhecemos como limitação que muitas das proposições apresentadas, sobretudo referente a auxílios e concessões de bolsas de pesquisa, dependem de um contexto maior de concessão de verbas, que perpassam por vontades e concepções políticas.

Contudo, defendemos a atuação nos espaços de contradição impostos pelo sistema educacional no estado capitalista. Entendemos que essa é uma importante contribuição das pesquisas analisadas, que buscaram apontar caminhos a partir dos esforços que podem ser empreendidos pela comunidade acadêmica, mesmo com as limitações de verbas, de quantitativo de pessoal docente e técnico-administrativo e de suas oportunidades de capacitação, em um esforço coletivo em prol da permanência e êxito discentes.

## Referências

- CASTRO, L. P. V. **Evasão escolar no Ensino Superior**: um estudo nos cursos de licenciatura da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste – campus Cascavel. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2013.
- CASTRO, P. A; SOUZA, T. S; SÁ, S. Evasão no Ensino Superior: mapeamento de cursos licenciaturas da Universidade Federal de Goiás. **Revista EDaPECI**, São Cristóvão (SE), v. 18, n. 3, p. 45-60, set./dez. 2018.
- GERBA, R. T. **Análise da evasão de alunos nos cursos de licenciatura**: estudo de caso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. 2014. Dissertação (Mestrado em Administração Universitária) - Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Administração Universitária, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.
- GOMES, A. B. **Evasão e evadidos**: o discurso dos ex-alunos sobre evasão escolar nos cursos de licenciatura. 1998. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 1998.
- LIMA, E; MACHADO, L. A evasão discente nos cursos de licenciatura da Universidade Federal de Minas Gerais. **Educação Unisinos**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 121–129, mai./ago. 2014.
- MASSI, L; VILLANI, A. Um caso de contratendência: baixa evasão na licenciatura em química explicada pelas disposições e integrações. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 41, n. 4, p. 975-992, out./dez. 2015.
- PAZ, C. T. N. **As trajetórias estudantis em licenciaturas com baixas taxas de diplomação**: tendências e resistências. 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- RIGO, J. S. **Percursos de formação de estudantes de licenciatura noturna na UFV**: Enem, Sisu e evasão. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2016.
- SANTANA, O. A. Evasão nas Licenciaturas das Universidades Federais: entre a apetência e a competência. **Educação**, Santa Maria, v. 41, n. 2, p. 311-327, mai./ago. 2016.
- SANTOS, F. P. **Determinantes da evasão nos cursos de licenciatura da Universidade Federal de Viçosa**. 2018. Dissertação (Mestrado em Economia) - Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2018.
- SILVA FILHO, R. L. L. et al. Evasão no Ensino Superior brasileiro. **Cadernos de pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 132, p. 641-659, set./dez. 2007.
- VITELLI, R. F. **Evasão em cursos de licenciatura: perfil do evadido e fatores intervenientes no fenômeno**. 2014. 15p. X ANPED SUL, Florianópolis, 2014.